

Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PARA POLÍTICAS MUNICIPAIS



Administração pública e democrática



- Participação popular e controle social
- Fortalecer conselhos e representação das comunidades
- Orçamento participativo
- Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO (21.146/2014).
- **Criação de Políticas municipais de Agroecologia que favoreçam a aplicação das leis estaduais e federais**

Meio Ambiente



- Conservação das estradas rurais e das águas.
- Construção de barraginhas e terracemamento de pastagens e plantações.
- Subsidiar o cercamento de nascentes e a construção de fossas ecológicas.
- Promover feiras de sementes e mudas e compra e doação de materiais propagativos da agricultura familiar.
- Propor e implementar lei municipal de controle do uso de agrotóxicos.
- Implementar coleta seletiva no meio rural e compostagem nas cidades.
- Impedir desmonte dos morros que assoreiam rios e córregos.
- Fortalecer brigadas de combate a incêndios e promover campanhas contra queimadas.
- Criar áreas municipais e intermunicipais de conservação ambiental.

Emprego e Renda



- Fomentar a adequação sanitária das unidades de beneficiamento da produção familiar e artesanal.
- Apoiar a recuperação e o uso de unidades de beneficiamento existentes no município.
- Fomentar grupos produtivos em transição agroecológica, priorizando mulheres, quilombolas, juventudes e quintais produtivos, rurais e urbanos.
- Fortalecer mercados institucionais (ex. PAA, PNAE e vale feira).
- Fomentar rotas turísticas, caminhadas e turismo associado a feiras livres e festas tradicionais.

Agricultura Urbana



- Fomentar hortas urbanas e nas escolas e o beneficiamento e comercialização dos produtos.
- Implantar corredores ecológicos urbanos e arborização urbana, APPs e APAs e conexão com cursos d'água na malha urbana (tramas verdes e azuis).
- Melhorar praças e jardins e fomentar quintais produtivos.
- Incentivar o uso de quintais nas cidades, beneficiamento dos produtos, feiras de trocas e vendas da produção dos quintais.

Direito à terra e ao território



- Apoiar oficinas sobre direitos territoriais, identidade e memória nas comunidades quilombolas.
- Promover ações de apoio aos movimentos de Ressurgência Puri .
- Criar consórcio de municípios na Zona da Mata para monitorar impactos dos grandes projetos.
- Proteger terras públicas e tomba bens naturais e patrimônios arqueológicos, históricos e culturais.

Educação



- Fiscalizar e garantir o não fechamento das escolas do campo e sua nucleação.
- Apoiar e garantir formações com as temáticas da Alimentação Saudável articulados ao PNAE com as/os cozinheiras/os, a comunidade escolar e fornecedores dos alimentos.
- Garantir o direito das/os estudantes à alimentação saudável, ampliando os 30% de repasse do PNAE.
- Garantir e fiscalizar o direito a transporte escolar seguro e de qualidade para estudantes e docentes.
- Garantir e fomentar a construção de um programa de Educação Escolar Quilombola, incluindo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Fomentar e garantir a efetivação da Resolução CNE 08/2012 “que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica”
- Criar oportunidades de estágio para estudantes de Educação do Campo.
- Fortalecer as Escolas Família Agrícola.

Infâncias e juventudes



- Criar programa de tecnologia e inclusão para o meio rural: expansão e melhoria das redes de energia elétrica, sinal de televisão, rádio e internet.
- Criar e fomentar Cursinhos Populares pré-vestibulares para as juventudes do campo, cidade e periferia.
- Fomentar parcerias com as secretarias de educação para a promoção de ações educativas em Agroecologia no Ensino Infantil Municipal.
- Garantir o direito do brincar para as infâncias do campo e cidade, fomentando a construção e melhorias dos espaços públicos (praças, parques, escolas) para promoção do lazer e cultura.

Saúde



- Valorizar e defende o SUS.
- Fortalecer práticas integrativas e complementares, farmácias vivas, plano nacional de fitoterápicos (política nacional e estadual) junto ao SUS e PSF.
- Facilitar transporte e marcação de exames para moradores da zona rural.
- Oferecer casas de parto natural e humanizado e o acompanhamento de doulas para gestantes e parturientes.
- Apoiar ações da Pastoral da Saúde e da Pastoral Afro.
- Apoiar o tratamento agroecológico e homeopático de animais.

Mulheres



- Garantir postos de saúde, transporte e facilitar marcação de exames etc.
- Promover via PSF oficinas, contação de história e cultivo de plantas medicinais.
- Coibir a violência contra as mulheres, facilitando canais de denúncia e promovendo programas educativos.
- Fortalecer a Casa das Mulheres e iniciativas comunitárias de combate à violência contra a mulher.
- Apoiar a realização de formação específica para mulheres sobre a autonomia para produzir e comercializar.

Comunicação e Cultura



- Promover acesso à internet no meio rural.
- Apoiar Grupos Culturais e de Agroecologia e criar os Pontos Cultura Popular.
- Apoiar e visibilizar festas regionais garantindo o protagonismo do povo em suas realizações.
- Apoiar a participação de grupos culturais e de terapeutas naturais nas festas populares.
- Construir programas sobre “Alimentação como tradição e cultura”, valorizando a tradição de povos e religiões de matriz africana
- Apoiar a realização de encontros de comunicação popular.
- Promover ações de cinema rural.
- Apoiar acesso a editais de fomento.
- Identificar, visibilizar e proteger as comunidades de terreiro.

Mineração

- Criar mecanismos municipais para o estabelecimento de Territórios Livres de Mineração
- Garantir consulta livre, prévia e informada sobre instalação de projetos de mineração
- Criar taxa para o transporte dos minérios e renegociar os trajetos junto às mineradoras
- Rever o direito de uso das águas e regulamentar as taxas e restrições no Plano Diretor
- Plano de descomissionamento, fechamento de mina e compensação ambiental com recursos das empresas a ser estruturado durante o andamento do projeto
- Criação Conselhos Locais que fiscalizem a arrecadação e os gastos dos recursos da CFEM
- Incentivos à diversificação econômica das regiões mineradas
- Criar unidades móveis de saúde e vigilância para atendimento às comunidades rurais atingidas pela mineração.